

Sumário

1. O ENFRENTAMENTO DO BIODIREITO PELA CONSTITUIÇÃO ...	1
1.1. Considerações iniciais	1
1.2. Biodireito como direito de qual dimensão?	4
1.3. Princípios que regem o biodireito	9
1.4. Considerações finais	15
1.5. Referências	16
2. NOVA REVISÃO CONSTITUCIONAL: UM ATENTADO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL	19
2.1. Considerações iniciais	19
2.2. O projeto de nova revisão constitucional em 2007	22
2.3. A emenda substitutiva e sua redação final	25
2.4. Problemas jurídicos e políticos com novas revisões constitucionais a cada dez anos	29
2.5. A tentativa de desfazimento da Constituição	34
2.6. Considerações finais	37
2.7. Referências	38
3. O NOVO APROVEITAMENTO DO MANDADO DE INJUNÇÃO	41
3.1. O novo aproveitamento do mandado de injunção	41
3.2. A efetividade do direito constitucional processual	46
3.3. Diferenças entre o mandado de injunção e a ação de inconstitucionalidade por omissão	48
3.4. Considerações finais	53
3.5. Referências	54
4. VERBETES DE DIREITO POLÍTICO	57
4.1. Eleição	57
4.2. Partidos políticos	59
4.3. Poder Legislativo	61
4.4. Referências	63
5. PRINCÍPIO ACUSATÓRIO	65
6. O STF É UM TRIBUNAL CONSTITUCIONAL?	71
6.1. Posição do STF na Constituição	71

6.2. Número de ministros do Supremo Tribunal Federal e o processo de escolha.....	77
6.3. Origens profissionais e tempo no cargo dos componentes do tribunal constitucional	82
6.4. Considerações finais.....	85
6.5. Referências.....	87
7. NEOCONSTITUCIONALISMO E TEORIA DA INTERPRETAÇÃO.....	91
7.1. Uma apresentação do neoconstitucionalismo.....	91
7.2. As potencialidades do neoconstitucionalismo	94
7.3. Neoconstitucionalismo: toda interpretação é constitucional.....	98
7.4. Medida da interpretação: integração do intérprete com o método e com o tipo de caso	100
7.5. Interpretação e metodologia constitucional	102
7.6. Interpretação neoconstitucional e a descoberta da “derrotabilidade”	106
7.7. Considerações finais.....	109
7.8. Referências.....	110
8. O MOMENTO DO POSITIVISMO	113
8.1. Uma análise séria em relação às críticas dirigidas ao positivismo jurídico..	113
8.2. Posições graduais e conflitantes entre o positivismo e o neoconstitucionalismo	117
8.3. Considerações finais.....	127
8.4. Referências	128
9. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA CONSTITUCIONAL	129
9.1. Breves noções	129
9.2. Direito e moral na filosofia constitucional	131
9.3. Neoconstitucionalismo e filosofia constitucional.....	132
9.4. Neoconstitucionalismo como teoria do direito	133
9.5. Neoconstitucionalismo como filosofia do direito	134
9.6. Neoconstitucionalismo como filosofia política do Estado	136
9.7. Reflexões sobre a teoria política contemporânea adequada ao pensamento constitucional	138
9.8. Elementos dimensionados pela filosofia constitucional: consciência, sentimento e patriotismo constitucional.....	142
9.9. O conceito de patriotismo constitucional.....	149
9.10. Da sociedade plural conectada aos direitos sociais como representação da filosofia constitucional	152

9.11.A prioridade do justo sobre o bem na filosofia constitucional contemporânea.....	154
9.12.O embate teórico entre procedimentalismo e substancialismo como reflexo da teoria de justiça	159
9.13.Referências.....	169
10. ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E DISCURSO CONSTITUCIONAL	173
10.1.Modelos de argumentação jurídica	173
10.1.1. A argumentação jurídica de Chaim Perelman	175
10.1.2. A argumentação jurídica de Robert Alexy	177
10.1.3. A argumentação jurídica de Manuel Atienza.....	181
10.2.Argumentação jurídica e hermenêutica constitucional.....	185
10.3.Sincretismos teóricos, metodológicos e argumentação jurídica	192
10.4.Argumentação jurídica e neoconstitucionalismo.....	197
10.5.Referências.....	204
11. NOVOS USOS DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	207
11.1.Introdução aos novos usos da argumentação	207
11.2.A objeção da argumentação de incoerência	208
11.2.1. O processo no estado constitucional.....	208
11.2.2. Inovações processuais contemporâneas.....	213
11.2.3. Proposta de trabalho: objeção da argumentação de incoerência	215
11.2.4. Exemplos de objeção da argumentação de incoerência	218
11.3.Argumentação jurídica e a solução dos casos trágicos	223
11.3.1. Casos difíceis e a resposta certa	223
11.3.2. Classificação dos casos jurídicos.....	226
11.3.3. A solução dos casos trágicos.....	229
11.3.4. Critérios constitucionais para a solução dos casos trágicos	239
11.4.Referências.....	240
12. A TEORIA DAS RESTRIÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	243
12.1.A importância de se precisar as formas de restrições dos direitos fundamentais	243
12.2.A fundamentação das restrições dos direitos fundamentais no plano judicial	245
12.3.Formas de restrição dos direitos fundamentais no plano normativo.....	251
12.4.Restringir, limitar e delimitar direitos fundamentais	255

12.5.	Formas de restrição dos direitos fundamentais nas situações especiais de sujeição	256
12.6.	Restrição dos direitos fundamentais nas situações constitucionais de emergência	259
12.7.	Considerações finais.....	261
12.8.	Referências.....	262
13.	EFICÁCIA DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES ENTRE PARTICULARES.....	265
13.1.	Definindo elementos teóricos do direito civil-constitucional.....	265
13.2.	Direitos fundamentais nas relações entre particulares.....	271
13.3.	Considerações finais.....	281
13.4.	Referências.....	282
14.	CONSELHOS CONSTITUCIONAIS	285
14.1.	Considerações iniciais	285
14.2.	O papel do Conselho da República	286
14.3.	O papel do Conselho de Defesa Nacional	289
14.4.	A utilização dos Conselhos: um caso de construção constitucional	291
14.5.	Considerações finais.....	294
14.6.	Referências.....	295
15.	CLASSIFICAÇÃO (ATUALIZADA) DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E OS CRITÉRIOS ARGUMENTATIVOS PROCEDIMENTAIS.....	297
15.1.	Referências.....	307
16.	CLÁUSULAS PÉTREAS EXPANDIDAS.....	309
16.1.	Voto: princípio democrático.....	310
16.2.	Pacto federativo: manutenção da autonomia da federação.....	312
16.3.	Separação de poderes: freios, contrapesos e tendências neoconstitucionais.....	315
16.4.	Direitos e garantias individuais a todos os direitos fundamentais (explícitos, implícitos e de tratados).....	319
16.5.	Considerações finais.....	322
16.6.	Referências.....	323
17.	NEOCONSTITUCIONALISMO, DIREITO PENAL E GARANTISMO	325

17.1.Direito penal e neoconstitucionalismo.....	325
17.2.Garantismo e neoconstitucionalismo.....	331
17.3.Considerações finais.....	335
17.4.Referências.....	336
18. UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE SAÚDE BRASILEIRA PÓS- CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	339
18.1.Introdução	339
18.2.Saldo da saúde: da pós-Segunda Guerra Mundial à Constituição de 1988 ...	340
18.3.O regime constitucional da saúde pós-Constituição de 1988.....	342
18.4.Problemas e desafios do SUS	347
18.5.Considerações finais.....	350
18.6.Referências.....	351
19. POR UM CONSTITUCIONALISMO GLOBAL	353
19.1.Introdução	353
19.2.Alternativas ao direito internacional.....	354
19.3.Bases do constitucionalismo global.....	357
19.4.As redefinições na teoria constitucional	358
19.5.A necessidade de subsistemas constitucionais globais	359
19.6.O novo papel dos tribunais internacionais.....	361
19.7.Vantagens do constitucionalismo global.....	364
19.8.Considerações finais.....	365
19.9.Referências.....	366
20. VEDAÇÃO DO INCENTIVO FISCAL PARA TRABALHO ESCRAVO	367
21. PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	369
22. PROCEDIMENTOS DE CRÉDITOS EM FAVOR DA SEGURIDADE SOCIAL.....	371
23. INCENTIVOS FISCAIS PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS DESPORTIVOS E PARADESPORTIVOS.....	373